

NÍVEL SECUNDÁRIO



Educação básica

Data de atualização: 05/2019

Nível secundário

Em setembro de 2015, os 193 Estados-membros das Nações Unidas aprovaram por unanimidade os 17 objetivos que compõem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O nível secundário é contemplado no Objetivo nº 4: “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas”. Entre as metas no âmbito desse objetivo, pede-se aos Estados para “assegurar que todas as meninas e todos os meninos completem a educação primária e secundária, que deve ser gratuita, equitativa e de qualidade e produzir resultados de aprendizagem relevantes e eficazes” e “assegurar que todos os estudantes adquiram os conhecimentos teóricos e práticos necessários para promover o desenvolvimento sustentável, através da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global, valorização da diversidade cultural e contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”.

Estrutura e obrigatoriedade

O nível secundário é a terceira etapa escolar dos sistemas nacionais de educação. A idade de referência do nível secundário abrange, a depender do país, adolescentes entre 11 e 17 anos. Ao todo, esse grupo populacional, composto de aproximadamente 75,7 milhões de adolescentes, representa 12% da população total (CEPAL).

O Sistema de Classificação Internacional Normalizada da Educação – CINE (International Standard Classification of Education – ISCED) desenvolvido pela UNESCO divide o nível secundário em duas etapas: a secundária inferior (CINE 2) e a secundária superior (CINE 3).

O requisito de acesso à secundária inferior é ter concluído o nível primário com aprovação. Os programas educacionais da secundária inferior estão voltados ao reforço da aprendizagem do nível primário. Em geral, a duração é de três anos. Suas competências estabelecem as bases para o desenvolvimento humano e a aprendizagem ao longo da vida. Normalmente, os programas são apoiados através de disciplinas ministradas por docentes que receberam formação pedagógica em conteúdos específicos e cada turma de estudantes conta com vários professores especializados. Em alguns países, os programas educacionais da secundária inferior também contemplam conteúdos vocacionais.

Com exceção do caso da Nicarágua, a secundária inferior faz parte da etapa de escolaridade obrigatória em todos os países da região latino-americana. No

Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela, a secundária inferior integra a educação básica.

O requisito de acesso aos programas educacionais classificados pela UNESCO como secundária superior (CINE 3) é ter concluído a secundária inferior. O propósito da secundária superior é preparar os alunos para os estudos de nível superior e/ou desenvolver habilidades voltadas ao mundo do trabalho. Em geral, a duração é de três anos. Uma característica marcante desses programas é que, em relação à etapa anterior, há maior diversificação e especialização dos conteúdos curriculares. É comum que os professores tenham formação e especialização em disciplinas e áreas específicas do conhecimento.

Na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, a secundária superior faz parte da etapa de escolaridade obrigatória. No Brasil, Equador, Peru e Venezuela, a secundária superior também integra a educação básica.

A Venezuela estabeleceu a obrigatoriedade da secundária superior em 1999, seguida do Chile e Peru (2003), Argentina (2006), Equador (2008), Bolívia, Brasil e Uruguai (2009), República Dominicana e Paraguai (2010), Honduras e Costa Rica (2011) e México (2012).

Estrutura do nível secundário (CINE 2 e 3) por país, 2018

País		Idade					
		11	12	13	14	15	16
Argentina (a)	DO	Secundária (Ciclo Básico)			Secundária (Ciclo Orientado)		
	OB	Obrigatório					
Bolívia	DO	Educação secundária comunitária produtiva					
	OBL	Obrigatório					
Brasil	DO	Ensino fundamental			Ensino médio		
	OBL	Obrigatório					
Chile	DO	Educação Média: 4 a. form. geral comum e 2 a. form. diferenciada					
	OBL	Obrigatório					
Colômbia	DO	Educação básica secundária			Educação média		
	OBL	Obrigatório			Não obrigatório		
Costa Rica	DO	Educação Geral Básica - Média e média diversificada					
	OBL	Obrigatório (Art 8 da Lei e 78 da Constituição - Reforma 2011)					
Cuba	DO	Educação Geral Secundária Básica			Ciclo Médio Superior		
	OBL	Obrigatório			Não obrigatório		
Equador	DO	Educação Geral Básica (Terceiro ciclo)			Bachillerato Geral Unificado		
	OBL	Obrigatório			Obrigatório		
El Salvador	DO	Educação Básica (Terceiro ciclo)			Educação Média		
	OBL	Obrigatório			Não obrigatório		
Guatemala	DO	Educação Média Básica			Educação Média Diversificada		
	OBL	Obrigatório			Não obrigatório		
Honduras	DO	Educação Básica			Educação Média		
	OBL	Obrigatório					
México	DO	Educação Básica Secundária			Média Superior		
	OBL	Obrigatório					
Nicarágua	DO	Educação Secundária Regular					
	OBL	Não obrigatório					
Panamá	DO	Educação Pré-média			Educação Média		
	OBL	Obrigatório			Não obrigatório		
Paraguai	DO	III ciclo Educação Escolar Básica			Educação Média		
	OBL	Obrigatório					
Perú	DO	Secundária					
	OBL	Obrigatório					
República Dominicana	DO	Nível Básico			Nível Médio		
	OBL	Obrigatório					
Uruguai	DO	Educação Média Básica			Educação Média Superior		
	OBL	Obrigatório					
Venezuela	DO	Média					
	OBL	Obrigatório					

Fonte: SITEAL, com base na regulamentação de cada país.

(a) = As jurisdições podem decidir entre duas opções: Primária e Secundária com duração de 6 anos cada; ou Primária com duração de 7 anos e Secundária, 5 anos.

DO: Denominação original.

OB: Período de escolarização obrigatória.

Cobertura

Em meados da década de 2010, a taxa de escolaridade de adolescentes de 12 a 14 anos era superior a 91%, em 15 dos 18 países latino-americanos considerados. Os casos extremos foram, precisamente, o Chile (99,5%) e Honduras (76,9%). Por outro lado, a taxa de escolaridade de adolescentes de 15 a 17 anos variou entre 78% e 88% em 11 dos 18 países da América Latina. Neste último caso, os extremos foram o Chile (95,5%) e a Nicarágua junto com Honduras (53%).

Durante o período de 2005-2015, a proporção de pessoas entre 25 e 35 anos que concluíram o nível secundário cresceu em todos os países considerados. Destaca-se o Estado Plurinacional da Bolívia, onde a cobertura dobrou. No extremo oposto, estão o Uruguai e a Guatemala, com um crescimento de aproximadamente 14%.

Em meados da década de 2010, a proporção de pessoas de 25 a 35 anos que concluíram o nível secundário variou entre 84,4% (Chile) e 19,9% (Guatemala). No Peru, Argentina, Colômbia, Brasil, Venezuela e Bolívia, entre 71% e 60%. No Panamá, Paraguai, República Dominicana e Equador, entre 54% e 58%. No México e Costa Rica, entre 45% e 48%. Em El Salvador e Uruguai, entre 38% e 41%. Por fim, em Honduras e Nicarágua, menos de 25% da população entre 25 e 35 anos concluiu o nível secundário.

Em 2015, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) da OCDE avaliou os conhecimentos e habilidades em ciências de alunos de 15 anos, em 10 países da América Latina. No Chile e Uruguai, aproximadamente metade dos estudantes apresentou baixo desempenho. Essa proporção foi de cerca de 60% no caso do México e Costa Rica, variando entre 66% e 70% no Peru, Argentina, Colômbia e Brasil. No Panamá, foi em torno de 79%, enquanto na República Dominicana, 90%.

Taxa de escolaridade de adolescentes de 12 a 17 anos, percentual de pessoas entre 25 e 35 anos que concluíram o nível secundário e percentual de estudantes de 15 anos com baixo desempenho em ciências. América Latina, por volta de 2015

País	Taxa de escolaridade (cca 2015)		% de pessoas entre 25 e 35 anos que concluíram o nível secundário		% de alunos com baixo desempenho em ciências (2015)
	12 a 14 anos	15 a 17 anos	cca 2015	Variação 2005-2015	
Argentina	98,0	88,5	69,7	22,4	66,5 (a)
Bolívia (EP)	94,5	86,8	59,2	99,9	s/d
Brasil	98,0	85,2	62,6	42,6	70,3
Chile	99,5	95,5	84,3	53,7	49,4
Colômbia	94,5	78,0	68,2	44,9	66,3
Costa Rica	97,0	85,7	47,6	30,3	62,5
Equador	96,0	83,9	53,8	16,9	s/d
El Salvador	91,3	73,5	40,7	68,1	s/d
Guatemala	81,0	53,1	19,9	14,1	s/d
Honduras	76,9	53,5	24,3	34,2	s/d
México	93,8	75,2	45,1	29,8	56,6
Nicarágua	84,4	57,9	23,4	62,0	s/d
Panamá	96,1	82,8	58,1	15,4	78,8 (b)
Paraguai	94,5	79,5	56,7	58,9	s/d
Peru	95,4	76,6	71,5	26,4	66,2
República Dominicana	98,2	83,9	53,9	33,0	90,5
Uruguai	96,2	82,1	37,9	13,9	52
Venezuela (RB)	95,5	78,4	60,1	73,3	s/d

Nota: as informações da Argentina correspondem apenas às áreas urbanas.

Fonte: SITEAL, com base nas Pesquisas Domiciliares de cada país e no PISA/OCDE: (a) Dado de 2012; (b) Dado de 2009.

Política educacional

A política educacional voltada à etapa de escolaridade obrigatória é composta pelo conjunto articulado, regulamentado e direcionado de investimentos, bens, serviços e repasses, por parte dos Estados, para garantir o direito à educação. Também contempla as decisões e a capacidade que os Estados demonstram para sustentar o sistema educacional e reduzir as diferenças de escolaridade entre os diferentes grupos sociais.

Os recursos destinados pelos Estados para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem da população dentro do sistema educacional estão concentrados em pelo menos quatro focos. O primeiro foco de intervenção da política educacional são os professores. Assim, a maior parte dos recursos destinados à educação é utilizada para a formação inicial, o trabalho dos docentes e os salários.

Formação docente (inicial e em serviço)	
Denominação	Ênfase em inclusão e equidade
“Educar en Igualdad” (“Educar em Igualdade”, em tradução livre) (Argentina)	<i>Não há registro</i>
“Educación Sexual Integral” (“Educação Sexual Integral”) (Argentina)	<i>Não há registro</i>
“Rede Nacional de Formação Continuada de Professores” (Brasil)	<i>Não há registro</i>
“Programa de Apoyo a la Docencia: Red Maestros de Maestros” (“Programa de Apoio à Docência: Rede Professores de Professores”) (Chile)	<i>Não há registro</i>
“Todos a aprender: Programa para la Transformación de la Calidad Educativa” (“Vamos todos aprender: Programa para a Transformação da Qualidade Educacional”) (Colômbia)	Formação de tutores para fortalecer a interação docente/comunidade educacional.
“Computadores para educar” (CPE) (Colômbia)	<i>Não há registro</i>
“Unidades Educativas del Milenio” (“Unidades Educacionais do Milênio”) (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis.
“Programa Nacional de Infraestructura para la Universalización de la Educación con Calidad y Equidad” (“Programa Nacional de Infraestrutura para a Universalização da Educação com Qualidade e Equidade”) (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis, déficits nos serviços educacionais, com populações indígenas e afrodescendentes.
“Sistema Integral de Tecnologías para la Escuela y la Comunidad” (“Sistema Integral de Tecnologias para a Escola e a Comunidade”) (Equador)	
“Programa Atención a Estudiantes con Desempeño Sobresaliente” (“Programa de Atendimento a Estudantes com Desempenho Sobressaliente”) (El Salvador)	<i>Não há registro</i>
Programa Presidencial “Una niña, un niño, una computadora” (“Uma menina, um menino, um computador”) (El Salvador)	<i>Não há registro</i>
“Programa Ensanche de las Tecnologías de la Información y Comunicación y su Uso Responsable” (“Programa de Ampliação das Tecnologias da Informação e Comunicação e seu Uso Responsável”) – ENSANCHE (El Salvador)	<i>Não há registro</i>
“Educación Integral de la Sexualidad” (“Educação Integral da Sexualidade”) – EIS (Honduras)	<i>Não há registro</i>

“Programa Aprender, Empreender, Prosperar” (“Programa Aprender, Realizar, Prosperar”) (Nicarágua)	<i>Não há registro</i>
“Programa Jornada Escolar Completa” (Paraguai)	<i>Não há registro</i>
“Programa Educativo Logros de Aprendizaje” (“Programa Educacional Conquistas de Aprendizagem”) (Peru)	<i>Não há registro</i>
“Bebé, Piénsalo Bien” (“Bebê: Pense Bem”) (República Dominicana)	<i>Não há registro</i>
“Plano Ceibal” (Uruguai)	<i>Não há registro</i>

Fonte: SITEAL, com base em documentos oficiais disponíveis nos sites dos órgãos estatais de cada país.

O segundo foco de intervenção é a infraestrutura educacional. Um grande volume de recursos é destinado para manter, expandir, reabilitar, equipar e fornecer tecnologia para a rede de serviços educacionais.

Infraestrutura, equipamentos e fornecimento de tecnologia	
Denominação	Ênfase em inclusão e equidade
“Programa de Apoyo a la Política de Mejoramiento de la Equidad” (“Programa de Apoio à Política de Melhoria da Equidade Educacional”) Educativa (Argentina)	<i>Não há registro</i>
“Proyectos de Telecentros Educativos Comunitarios” (“Projetos de Telecentros Educacionais Comunitários”) (Bolívia)	<i>Não há registro</i>
“Todos a aprender: Programa para la Transformación de la Calidad Educativa” (“Vamos todos aprender: Programa para a Transformação da Qualidade Educacional”) (Colômbia)	<i>Não há registro</i>
“Computadores para educar” (CPE) (Colômbia)	<i>Não há registro</i>
“Programa Nacional de Informática Educativa” (“Programa Nacional de Informática Educacional”) – PRONIE MEP-FOD (Costa Rica)	<i>Não há registro</i>
“Unidades Educativas del Milenio” (“Unidades Educacionais do Milênio”) e “Programa de Infraestructura Educativa” (“Programa de Infraestrutura Educacional”) (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis.
“Programa Nacional de Infraestructura para la Universalización de la Educación con Calidad y Equidad” (“Programa Nacional de Infraestrutura para a Universalização da Educação com Qualidade e Equidade”) (Equador)	Áreas geográficas com alta concentração de crianças socialmente vulneráveis, déficits nos serviços educacionais, com populações indígenas e afrodescendentes.

“Sistema Integral de Tecnologías para la Escuela y la Comunidad” (“Sistema Integral de Tecnologías para a Escola e a Comunidade”) (Ecuador)	
Programa Presidencial “Una niña, un niño, una computadora” (“Uma menina, um menino, um computador”) (El Salvador)	
“Programa para la Inclusión y la Equidad Educativa” (“Programa de Inclusão e Equidade Educacional”) (México)	Adaptação de instituições de ensino a estudantes com deficiência.
“Mi Escuela Primero” (“Minha Escola Primeiro”) (Panamá)	<i>Não há registro</i>
“Proyecto Aulas Temáticas para Educación Media” (“Projeto Salas Temáticas para o Ensino Médio”) (Paraguai)	<i>Não há registro</i>
“Programa Jornada Escolar Completa” (Paraguai)	<i>Não há registro</i>
“Programa Nacional de Infraestructura Educativa” (“Programa Nacional de Infraestrutura Educacional”) – PRONIED (Peru)	<i>Não há registro</i>
“Programa Nacional de Edificaciones Escolares” (“Programa Nacional de Construção de Escolas”) – PNEE (República Dominicana)	Escolas de nível básico e nível médio em 21 das 31 províncias do país.
“Plano Ceibal” (Uruguai)	<i>Não há registro</i>

Fonte: SITEAL, com base em documentos oficiais disponíveis nos sites dos órgãos estatais de cada país.

Um terceiro foco de intervenção da política educacional são os recursos e ações para definir os conteúdos curriculares e estabelecer modelos para sua gestão nas escolas.

Currículo, modelo de gestão e modalidades educacionais	
Denominação	Ênfase em inclusão e equidade
“Programa Asistiré” (“Programa Acompanharei”) (Argentina)	Modelo de gestão voltado à inclusão, com base no acompanhamento.
“Educación Sexual Integral” (“Educação Sexual Integral”) (Argentina)	<i>Não há registro</i>
“Programa Nacional de Etnoeducación” (“Programa Nacional de Etnoeducación”) (Colômbia)	Modalidade educacional voltada a grupos étnicos.
“Todos a aprender: Programa para la Transformación de la Calidad Educativa” (“Vamos todos aprender: Programa para a Transformação da Qualidade Educacional”) (Colômbia)	Modelo de gestão voltado à inclusão, com base em tutorias.

"Yo me apunto" ("Eu me envolvo") (Costa Rica)	Modalidade educacional voltada a alunos do 3º ciclo de Educação Geral Básica e Educação Diversificada com escolaridade não concluída.
"Programa de Educación para la afectividad y Sexualidad" ("Programa de Educação para a Afetividade e Sexualidade") (Costa Rica)	<i>Não há registro</i>
"Educación de la Sexualidad con Enfoque de Género y Derechos Sexuales" ("Educação da Sexualidade com Abordagem de Gênero e Direitos Sexuais") (Cuba)	<i>Não há registro</i>
"Siempre es momento para aprender" ("Sempre é hora de aprender") (Equador)	Modalidade educacional voltada a adolescentes e jovens de até 21 anos com atraso escolar severo ou escolaridade não concluída.
"Sistema Integral de Tecnologías para la Escuela y la Comunidad" ("Sistema Integral de Tecnologias para a Escola e a Comunidade") (Equador)	Conteúdo digital em línguas indígenas.
"Educación Integral de la Sexualidad" ("Educação Integral da Sexualidade") – EIS (El Salvador)	<i>Não há registro</i>
"Sistema Integrado de Escuela Inclusiva de Tiempo Pleno" ("Sistema Integrado de Escola Inclusiva de Tempo Integral") – SI EITP (El Salvador)	Modelo de gestão voltado à inclusão, baseado, entre outras estratégias, na ampliação da jornada escolar
Estratégia de Reformulação do "Currículo Nacional Base" (CNB) ("Base Nacional Curricular") do Ciclo da Educação Básica (Guatemala)	Reformulação do "Currículo Nacional Base" (CNB) do Ciclo Básico com relevância cultural e linguística.
"Educação Integral en Sexualidad" ("Educação Integral em Sexualidade") (México)	<i>Não há registro</i>
"Muévete por Panamá" ("Mova-se pelo Panamá") (Panamá)	Modalidade educacional voltada a pessoas analfabetas com mais de 15 anos.
"Jornada Escolar Completa" (Peru)	<i>Não há registro</i>
"Educación Sexual" ("Educação Sexual") (Peru)	<i>Não há registro</i>
"Escuelas de Tiempo Completo" ("Escolas de Tempo Integral") (ETC) (Uruguai)	Modalidade educacional voltada à população socialmente vulnerável.
"Aulas Comunitarias" ("Salas de Aula Comunitárias") (Uruguai)	Modalidade educacional de base comunitária voltada a adolescentes de 13 a 17 anos.
"Líneas Estratégicas Curriculares para la Educación de la Sexualidad en el Subsistema de Educación Básica" ("Linhas Curriculares Estratégicas para a Educação da Sexualidade no Subsistema de Educação Básica")	<i>Não há registro</i>

(Venezuela)	
“Misión Robinson” (“Missão Robinson”) (Venezuela)	Modalidade educacional destinada a crianças e adolescentes com escolaridade não concluída e conteúdo pedagógico em línguas indígenas.

Fonte: SITEAL, com base em documentos oficiais disponíveis nos sites dos órgãos estatais de cada país.

Por fim, em muitos casos mobilizando recursos de e para os focos de intervenção mencionados anteriormente, registra-se uma série de ações para expandir as oportunidades de acesso, permanência e aprendizagem dentro do sistema educacional. Esse conjunto de ações foi agrupado no quarto e último foco de intervenção da política educacional, que foi chamado de “inclusão e equidade”. Em geral, essas intervenções têm como público os grupos sociais e as áreas geográficas onde são registradas as menores taxas de escolaridade, onde é maior a proporção de crianças e adolescentes que interromperam precocemente suas trajetórias escolares e/ou onde são observadas dificuldades para a apropriação dos conteúdos curriculares. Os grupos priorizados são crianças, adolescentes e jovens que residem em áreas rurais ou afastadas, que fazem parte de famílias com carência material persistente, deficientes, pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, entre outras causas, devido à sua etnia, status migratório, práticas culturais, identidade de gênero ou orientação sexual.

No conjunto de experiências agrupadas no foco “inclusão e equidade”, destacam-se as que dependem do repasse direto de recursos financeiros e bens (alimentos, livros didáticos, uniformes, entre outros) para famílias, crianças e adolescentes escolarizados ou, ainda, para os responsáveis pela gestão das instituições de ensino.

Em outros casos, o foco “inclusão e equidade” se configura como o agrupamento transversal de recursos e ações voltadas a professores, infraestrutura, conteúdo curricular e modelos de gestão.

Além disso, a adequação da infraestrutura escolar destinada a facilitar o processo de escolarização de pessoas com deficiência, a formação de professores tutores especializados no acompanhamento personalizado de alunos e as modalidades educacionais voltadas à inclusão de populações historicamente atrasadas (modalidade especial, comunidade indígena, etnoeducação, à distância ou semipresencial, em penitenciárias, entre outras) são algumas das experiências contempladas no referido foco de intervenção.

A seguir, apresenta-se um conjunto relevante – ainda que não exaustivo – de intervenções que os estados latino-americanos aplicam a fim de garantir o direito à educação do nível secundário.

Transferência direta de verbas e bens voltados à inclusão e equidade
“Asignación Universal por Hijo” (“Atribuição Universal por Filho”) – AUH (Argentina)
“Programa Nacional de Alimentación Complementaria Escolar” (“Programa Nacional de Alimentação Complementar Escolar”) (Bolivia)
“Programa Bolsa Família” / “Programa Nacional de Alimentação Escolar” / “Programa Nacional do Livro Didático” (Brasil)
“Bono Logro Escolar” (“Benefício Conquista Escolar”) / “Beca de Apoyo a la Retención Escolar” (“Bolsa de Apoio à Retenção Escolar”) (Chile)
“Programa de Alimentación Escolar” (“Programa de Alimentação Escolar”) / “Más Familias en Acción” (“Mais Famílias em Ação”) / “Avancemos” (Colômbia)
“Programa de Becas” (“Programa de Bolsas”) / “Programa de Alimentación y Nutrición Escolar” (“Programa de Alimentação e Nutrição Escolar”) / “Programa Transporte Estudiantil” (“Programa Transporte Estudantil”) (Costa Rica)
“Bono de Desarrollo Humano” (“Benefício de Desenvolvimento Humano”) / “Programa de Alimentación Escolar” (“Programa de Alimentação Escolar”) (Ecuador)
“Programa de Vaso de Leche Escolar” (“Programa Copo de Leite Escolar”) / “Dotación de Uniformes, Zapatos y Útiles Escolares” (“Fornecimento de Uniformes, Calçados e Material Escolar”) / “Programa de Alimentación y Salud Escolar” (“Programa de Alimentação e Saúde Escolar”) / “Sistema Integrado de Escuela Inclusiva de Tiempo Pleno” (“Sistema Integrado de Escola Inclusiva de Tempo Integral”) – SI EITP (El Salvador)
“Programa Tarjeta Para Alimentos” (“Programa Cartão de Alimentação”) (Guatemala)
“Bono Vida Mejor” (“Benefício Vida Melhor”) / “Programas Escuelas Saludables” (“Programas Escolas Saudáveis”) (Honduras)
“Programa Albergues Escolares Indígenas” (“Programa Abrigos Escolares Indígenas”) / “Programa Libros de Texto” (“Programa Livros Didáticos”) / “Programa Inclusión Educativa” (“Programa Inclusão Educacional”) (México)
“Programa Beca Universal” (“Programa Bolsa Universal”) (Panamá)
“Kits de Útiles Escolares” (“Kits de Materiais Escolares”) / “Programa Tekoporá” (Paraguay)
“Programa Nacional de Apoyo Directo a los más Pobres” (“Programa Nacional de Apoio Direto aos Mais Pobres”) – Juntos (Peru)
“Programa de Alimentación Escolar” (“Programa de Alimentação Escolar”) – PAE (Rep. Dominicana)

Fonte: SITEAL, com base em documentos oficiais disponíveis nos sites dos órgãos estatais de cada país.



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Instituto Internacional de
Planejamento Educacional
IIPE UNESCO Buenos Aires
Escritório para a América Latina

SITEAL | EDUCAÇÃO
BÁSICA

